

COMPREENSÃO DE PROFESSORES REGENTES SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO REMOTO

Daniela Melo de Almeida ¹
Matheus Lopes Oliveira ²
Renata Astride Rebelo ³
Simone Minae Yoneyama ⁴
Thiliê Palácios ⁵

INTRODUÇÃO

No contexto atual, mediante a pandemia de COVID-19, com as escolas fechadas, professores e alunos foram surpreendidos e obrigados a se reinventarem em suas formas de ensino e aprendizagem, em meio ao contexto não presencial.

Neste formato, o acompanhamento dos alunos tem se configurado um grande desafio, diante da necessidade de os professores se adaptarem às aulas síncronas ou para produzir materiais impressos para alunos que não dispõem de acesso à internet e dependem exclusivamente destes para realizarem as atividades. Desse modo, os professores regentes¹ passaram a solicitar ainda mais o auxílio dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) (MAGALHÃES, 2020).

As funções do AEE são identificar, elaborar e organizar recursos educacionais a fim de eliminar as barreiras visando a plena participação de alunos público-alvo da educação especial, levando em conta as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas neste atendimento diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Sua atuação é complementar e/ou suplementar, com vistas à autonomia e independência dos alunos, na escola e fora dela (MEC/SEESP, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

¹Mestranda em Ciências pela Universidade de São Paulo, danymell@hotmail.com;

²Mestrando em Educação pela Universidade de São Paulo, matheuslopes100@hotmail.com;

³Mestra em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), renata.astride@gmail.com;

⁴Mestra em Ciências pela Universidade de São Paulo, sm.yoneyama@gmail.com;

⁵Mestra em Distúrbios da Comunicação Humana pela UNIFESP, palacios.thilie@yahoo.com.br.

¹Neste texto utilizaremos o termo professor regente, que se entende por aquele que trabalha diretamente com o aluno, e deve buscar alternativas que favoreçam a participação de seus alunos no processo de ensino e aprendizagem junto a seus pares na sala de aula comum (SOUZA & col., 2017).

(PNEEPEI) estabelece como público-alvo da Educação Especial: alunos com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial e com transtorno do espectro do autismo, e alunos com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

No presente estudo nos debruçamos sobre o contexto específico de uma rede municipal da região metropolitana de São Paulo, onde antes da chegada da pandemia, em 2019, foi elaborado e divulgado para todos os profissionais da rede de educação um documento com orientações gerais sobre o funcionamento do AEE, com o objetivo de guiar seu funcionamento. Ofereceu-se também uma formação sobre este material aos professores de AEE e às equipes gestoras das escolas, assim como continuamente são oferecidos momentos formativos.

Neste município são oferecidas três modalidades de Atendimento Educacional Especializado: AEE-DA (deficiência auditiva), AEE-DI (deficiência intelectual), e AEE-DV (deficiência visual). A organização do atendimento considera as peculiaridades de cada aluno, tendo princípio em sua história de vida e de escolarização e não nas causas, diagnósticos e prognóstico da deficiência.

A rede disponibiliza quatro possibilidades de atendimento: suporte ao professor de sala (preferencialmente na Educação Infantil); colaborativo com o professor de sala; contraturno na sala de recursos multifuncionais (preferencialmente no Ensino Fundamental I) e itinerância (no caso de alunos com deficiência auditiva ou visual). Neste município, os profissionais que atuam no AEE são professores de educação especial, habilitados nas diferentes áreas (mental, visual e auditiva), ou professores de educação básica com pós-graduação (especialização) em educação especial/inclusiva e Atendimento Educacional Especializado.

Apesar dos esforços no sentido de ampliar os conhecimentos dos profissionais em relação ao trabalho do AEE e à inclusão de alunos com deficiência, ainda se observam muitas barreiras que impedem que a inclusão se efetive. Assim, um ponto importante é que os professores, regente e de AEE, conheçam o seu papel diante do aluno com quem estão trabalhando. De acordo com Mantoan (2011), cada professor tem um papel distinto no desenvolvimento do aluno: ao professor da sala de aula comum cabe o ensino das áreas do conhecimento; e ao professor do AEE, oportunizar aos alunos a descoberta de suas potencialidades, contribuindo para o desenvolvimento destas e a ampliação de sua participação na sala de aula comum.

Nesta rede, o professor de sala comum ou regente é o primeiro profissional a iniciar a observação do aluno e indicar ao Coordenador Pedagógico (CP) a necessidade de realização de estudo de caso. É por meio de suas observações que se inicia esse processo de estudo, juntamente com o CP, Orientador Pedagógico, professor do AEE e uma equipe multidisciplinar de apoio, para a inserção ou não de alunos no AEE. Portanto, é fundamental que esse profissional saiba o que é este atendimento, seus objetivos, assim como o público-alvo a quem se destina. Partindo disso, nos questionamos sobre a compreensão que os professores regentes da rede de educação deste município teriam acerca do AEE. Além disso, tivemos como objetivo observar se existiriam diferenças na compreensão entre professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório de abordagem quantitativa. O levantamento de dados foi realizado no contexto de mais de um ano de convívio com a pandemia e de ensino predominantemente remoto. Participaram deste estudo professores da Educação Básica, que responderam a um questionário online, desenvolvido no Google Forms, composto de questões fechadas.

Foram incluídos na pesquisa 128 professores regentes da rede de ensino. Destes, 64 faziam parte da Educação Infantil (creche e/ou pré-escola) e 64 do Ensino Fundamental I.

São apresentados a seguir os itens abordados no questionário: você já trabalhou com alunos com alguma necessidade educacional especial (NEE)²?; Numa escala de 1 a 5, onde 1 é pouco e 5 é muito, o quanto você sabe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?; A quem se destina o AEE?; Qual o principal objetivo do AEE na escola?; Assinale as formas de atendimento do professor de AEE que você conhece; Assinale as modalidades de AEE que são oferecidas na rede de ensino deste município.

Para a análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva e comparação entre respostas de professores regulares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

²Necessidades educacionais especiais: nos referimos neste trabalho às dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, decorrentes de circunstâncias que podem ser de ordem biológica, psicológica, social e cultural, exigindo uma atenção mais específica e maiores recursos sociais e educacionais, a fim de desenvolverem potencialidades (LYRA, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à experiência em trabalhar com alunos com algum tipo de necessidade educacional especial, responderam “sim” 86% dos professores da Educação Infantil e 94% do Ensino Fundamental.

Quanto ao conhecimento que julgam ter sobre o AEE, um número pequeno de professores respondeu saber bastante: apenas 21% das respostas se concentraram nas faixas 4 e 5 em uma escala de 1 a 5. Esse resultado vai ao encontro das respostas imprecisas às questões que são mais específicas sobre o funcionamento do AEE, de modo geral e especificamente no município. Por exemplo, ao serem questionados sobre qual o principal objetivo do AEE na escola, apenas 34% apontaram a alternativa correta (eliminar barreiras para a aprendizagem), dos quais, a maior parcela foi dos professores da Educação Infantil (42%) em relação ao Ensino Fundamental (25%).

Outra questão prática foi sobre as formas de atendimento do professor do AEE no município (colaborativo, suporte e contraturno). No Ensino Fundamental 42% dos professores apontaram a resposta correta, enquanto na Educação Infantil essa porcentagem foi de 34%. Todavia cabe ressaltar que na Educação Infantil não é ofertado o atendimento em contraturno e que o AEE não é disponibilizado no segmento creche. Do público total de professores, apenas 2% apontaram não conhecer as formas de atendimento do professor de AEE.

Quanto às modalidades de AEE oferecidas na rede, apenas 8% do total de professores responderam a alternativa correta (DI, DA e DV). Chamou a atenção a grande porcentagem de respostas incluindo a deficiência física (DF) como modalidade oferecida, contabilizando 70% das respostas. Contudo, em relação a um aspecto fundamental para o trabalho do professor regente: “a quem se destina o AEE?”, apenas 1,5% das respostas apontaram a alternativa mais completa. A maioria das respostas, 59%, apontou como público-alvo do AEE alunos com necessidades educacionais especiais.

A dificuldade observada nos professores regentes em especificar o público atendido pelo AEE pode decorrer de alguns fatores: falta de clareza sobre a PNEEPEI; falta de apoio e estrutura para o trabalho com uma variedade de alunado que apresenta algum tipo de necessidade educacional especial e, portanto, acaba sendo direcionada ao AEE, ainda que não faça parte do público-alvo. Isso se tornou evidente no contexto do ensino remoto, em que alunos que antes não apresentavam nenhuma NEE, passaram a necessitar de uma maior atenção para que pudessem acompanhar as aulas.

Estudos apontam a falta de contato entre o professor regente e o professor de AEE, em muitos casos pela falta de tempo, como um fator de insucesso para a inclusão escolar

(COSTA & DANTAS, 2014; SOUZA e col., 2017). Esse pode ser um possível motivo pelo qual os professores questionados neste estudo apresentaram pouco conhecimento em relação ao AEE. No estudo de SOUZA e col. (2017), os professores regentes apresentaram clareza sobre o papel do professor de AEE. Entretanto, em alguns casos, demonstraram falta de entendimento quanto ao seu papel em relação ao aluno que está no AEE e ao processo de inclusão. Em nossa pesquisa, não perguntamos aos professores regentes qual é o seu papel na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, essa aparece como uma sugestão necessária para um estudo futuro.

CONCLUSÃO

Nossos resultados demonstraram que a maioria dos professores já trabalhou com alunos com alguma necessidade educacional especial. Entretanto, uma parcela pequena de professores apontou possuir amplo conhecimento acerca do AEE, o que se confirmou pelas respostas em relação às questões mais específicas. Em relação ao principal objetivo do AEE, menos da metade do total das respostas foram corretas, havendo uma pequena diferença entre professores da Educação Infantil e Fundamental. Sobre as formas de atendimento do AEE no município, menos da metade acertou a resposta, e um baixíssimo número demonstrou conhecer as modalidades oferecidas na rede e o público-alvo. A partir dos resultados encontrados, observamos a necessidade da implementação de ações formativas que visem ampliar o conhecimento do professor regente sobre o AEE, e também a indicação de políticas públicas que apoiem e fortaleçam a ação deste professor com todos os alunos na sala de aula. Também verificamos a importância de aprofundar o estudo a fim de clarificar qual é a compreensão do professor regente sobre a relevância do seu importante papel na inclusão de alunos público-alvo da educação especial.

Palavras Chaves: Inclusão, Ensino Remoto, Professor Regente, Atendimento Educacional Especializado, Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 07 de janeiro de 2008.

COSTA, L. L.; DANTAS, L. M. A Relação Entre as Práticas Pedagógicas do AEE e da sala de aula comum em uma escola pública regular de Horizonte CE. CINTEDI. Congresso Internacional de Educação Inclusiva.

LYRA, G. J. H. Necessidades Educacionais Especiais: Um Novo Olhar no Contexto Escolar. Revista Acadêmica Científica. 2015. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Carangola).

MAGALHÃES, T. F. A. A escolarização do estudante com deficiência em tempos de pandemia da covid-19: tecendo algumas possibilidades. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 6 – N. Especial – pág. 205 - 221 – (jun. – out. 2020): “Educação e Democracia em Tempos de Pandemia”.

MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, M. T. C. T.; FIGUEIREDO, R. V. Fascículo da Educação Especial. Ministério da Educação e Cultura – MEC, Brasília, 2011.

MEC / SECADI. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF. 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>

SANTHIAGO, D. S.; COLONETTI, C. L. A relação dos professores regentes e professores do atendimento educacional especializado – AEE nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Criciúma. **Saberes Pedagógicos**, v. 1, n.1, 2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Departamento de Ações Educacionais. Atendimento Educacional Especializado: Orientações Gerais, São Bernardo do Campo, SP, 2019. Disponível em:
<https://educacao.saobernardo.sp.gov.br/images/orientacoes_gerais_2/Atendimento_Educacional_Especializado_2019_v2.pdf>

SOUZA, H. K. R. et al. Inter-relação entre professores da sala de atendimento educacional especializado e do ensino regular. **RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.esp.2, p. 1048-1062, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.104441054